

160 Filosofia

Ciência&Vida

ANO XIV • www.escala.com.br

VIAGEM COMO CAMINHO

A EXPERIÊNCIA
DE VIAJAR PODE
SER O PONTO DE
PARTIDA PARA
CULTIVAR VALORES
E TRAZER MAIS
SENTIDO À
PRÓPRIA VIDA

OTIMISMO É HUMANISMO

O DESENLACE
DAS ATITUDES
PESSIMISTAS E
A CONTRIBUIÇÃO
DOS OTIMISTAS
PARA O
AVANÇO DAS
DESCOBERTAS
DO MUNDO

CHAMADO DA MONTANHA

AS PROVAS
DE QUE ATÉ O
FLORENTINO
ALESSANDRO
BOTTICELLI
QUERIA
DESVENDAR
A ORIGEM E A
ESSÊNCIA DO SER


EDITORIAL
escala

EDIÇÃO 160 - PREÇO R\$ 20,00
ISSN 1800-0238
0 01160
9 771800 1923005

PARA O PROFESSOR

POR QUE ADAM FERGUSON TORNOU-SE UM CLÁSSICO DA FILOSOFIA POLÍTICA E ECONÔMICA

SUMÁRIO

160



26_ CAPA: FILOSOFIA DA VIAGEM

Desapego de preconceitos e abertura para a experiência da alteridade. As viagens levam à maior compreensão da solidariedade e da fraternidade – valores que conectam todos os seres humanos.

36_ O CHAMADO DA MONTANHA

Ao analisarmos a arte do florentino Alessandro Botticelli, podemos observar que ele enveredou pela busca de onde residiria a origem do ser e qual era a sua essência.

10_ DESAFIOS DA NEUROÉTICA

Questões éticas e morais acerca das aplicações tecnológicas, investigações e monitoramento do Sistema Nervoso Central são o objeto de estudo dessa nova área da Filosofia que avança junto às pesquisas científicas.

16_ IDEIAS PARA EVITAR O MAL

Na base dos interesses da filósofa Hannah Arendt estavam o pensar, o querer e o julgar. Foi assim que ela defendeu que a política fosse o meio para a criação de um mundo justo e equilibrado.

22_ UNIDADE DOS OPOSTOS

Dois Papas, filme de Fernando Meirelles, é um drama que nos remete às discussões sobre lógica, religião, ética e política, mas fala também sobre a arte de construir pontes.

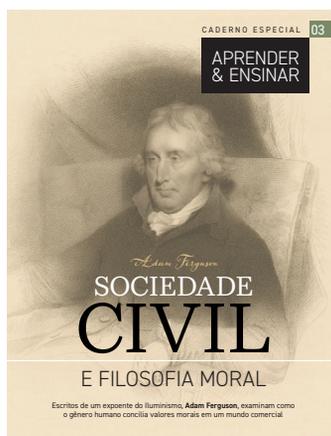
LEITURA RÁPIDA

05	CAUSA&EFEITO
08	A PRIORI
15	CINÉFILO
21	DEEP ECOLOGY
56	INTERSECÇÃO
59	TECNAMENTE
64	IPSIS LITTERIS
65	CARTAS
66	A POSTERIORI

CADERNO ESPECIAL

VIRTUDE E SOCIEDADE

A obra do filósofo escocês Adam Ferguson revela por que ele se tornou um clássico da filosofia política e econômica. A qualidade de seus leitores atesta a relevância de sua obra.



42_ OTIMISMO É HUMANISMO

Otimistas confiam o suficiente em si mesmos, pessimistas desconfiam dos outros. Mas a atitude dos primeiros permitiu o avanço para as descobertas do mundo.

48_ PENSAR A SOCIOLOGIA

Por meio de uma breve história da criação das escolas de Sociologia no Brasil e da introdução aos clássicos do pensamento sociológico, vê-se como se construiu uma forma legítima de imaginação social.

60_ CONSULTÓRIO FILOSÓFICO

Ao longo do tempo, as práticas que adotamos a partir das teorias que formaram nosso pensamento pedem revisão. Abre-se, assim, a oportunidade de reavaliação e elaboração de novos conceitos.

O direito a ter direitos

POR **ADRIANO CORREIA**

No texto *Nós, os refugiados* (1943), a pensadora Hannah Arendt (1906-1975) – que havia fugido do campo de internamento de Gurs, em 1940, escapado para os Estados Unidos em 1941 e em 1942 acabara de receber as primeiras notícias sobre as câmaras de gás nos campos de extermínio – observa que a condição de refugiada significava, antes de tudo, a perda da casa e da familiaridade da vida cotidiana; do trabalho e do sentido da própria utilidade; do idioma pátrio e da espontaneidade da expressão; a perda dos amigos e a ruptura das vidas privadas.

Em *Origens do totalitarismo* (1951) ela retoma parte do que expõe nesse texto quando considera a condição do apátrida e a toma por refutação cabal da convicção de que os direitos humanos são naturais: “o mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano”. Inusitadamente, ela sustenta que o único direito humano fundamental é o direito a ter direitos, ou seja, o direito de não perder um lugar no mundo, o direito a ter um lugar próprio de onde sair para o mundo e para ele voltar, o direito de pertencer a uma comunidade e ser julgado pelas ações e opiniões.

Obstinados em reconstruir suas vidas rompidas, “otimistas”, por assim dizer, os refugiados buscam adaptar-se aos mais diversos contextos e desafios, observa Arendt. Mas, diz ela, “há algo de errado com o otimismo. Há aqueles estranhos otimistas entre nós que, tendo feito vários discursos otimistas, vão para casa e ligam o gás ou dão uso a um arranha-céus de um modo um pouco inesperado”.

“Sem o direito de Severino retirante a poder transcender tal vida, a universalidade democrática não passa de simulacro, e o direito à cidadania, de ser participante do governo, encontra seu antípoda mais remoto”

Morte e vida severina

Essa desesperada disposição para “saltar da ponte e da vida” encontra eco em Severino, convertido de flagelado em retirante, aquele que em nossa presença emigra de sua caatinga, a encontrar novas misérias no agreste e no manguê, em busca não propriamente de uma vida melhor, mas de escapar das coisas que ele porta – “fome, sede, privação”. Sem esperar muita coisa, nem ser movido por grande cobiça, Severino buscava defender sua vida contra a vida Severina, “aquela vida que é menos vivida que defendida”,

aquela que, nas palavras de João Cabral de Melo Neto em *Morte e vida severina*, é sempre comprada à vista, a qual, paradoxalmente, “é ainda mais Severina para o homem que retira”.

Somos muitos Severinos – diz ele – iguais em tudo na vida:/ na mesma cabeça grande/ que a custo se equilibra,/ no mesmo ventre crescido/ sobre as mesmas pernas finas/ e iguais também porque o sangue/ que usamos tem pouca tinta./ E se somos Severinos/ iguais em tudo na vida,/ morremos de morte igual/ mesma morte Severina:/ que é a morte que se morre/ de velhice antes dos trinta,/ de emboscada antes dos

vinte/ de fome um pouco por dia.

Severino segue o rio, e da morte à vida, encontrada na frágil novidade de um novo nascimento: “belo como as ondas/ em sua adição infinita/ belo porque tem do novo/ a surpresa e a alegria/... E belo porque com o novo/ todo o velho contagia/ belo porque corrompe/ com sangue novo a anemia/ infecciona a miséria/ com vida nova e sadia/ com oásis, o deserto/ com ventos, a calmaria”. Tão vigorosas metáforas



da natalidade – metáforas arendtianas, arrisco-me a indicar – traduzem a renitência do fora da vida, que é a vida severina daquele que se retira, a embeber a política com aquilo que a solapa: a persistência de uma vida comprada a retalho da qual não se escapa senão para a morte.

Necessidades da vida

Sem o direito de Severino retirante a poder transcender tal vida, a universalidade democrática não passa de simulacro, e o direito à cidadania, de ser participante do governo, encontra seu antípoda mais remoto. A casa, a ocupação, o idioma, os sotaques, o conforto da saciedade, as companhias de familiares e amigos constituem aquele lastro de estabilidade privada que é pressuposto na vida política tanto quanto a administração das necessidades da vida.

O direito a ter direitos, como formulado por Arendt, em *As origens do totalitarismo*, implica não ser expulso da Terra ou do gênero humano em consequência de ter sido expulso do mundo e de sua comunidade política e de cultura. Antes de ter direito à participação política, o direito a ter direitos é o direito a não ser um estrangeiro na Terra, que abre a

possibilidade de não ser um estrangeiro no mundo. Como refugiado, em sua vida exposta e abandonada, Severino retirante, compelido a vagar, desafia: quanto de miséria pré-política uma comunidade política pode suportar? Infelizmente, parece que muita.

Enquanto não enfrentarmos politicamente a vida Severina no sentido de obstar sua sistemática reprodução, não poderemos jamais alcançar a consolidação do direito a ter direitos como direito a uma existência política, que implica, além dos direitos civis, o de não ser impedido a participar na vida em comum devido aos constrangimentos da miséria, o que converte a própria pobreza extrema, como a condição dos refugiados e apátridas, em um problema político primeiro. 🌱



ADRIANO CORREIA é professor de Filosofia da Universidade Federal de Goiás e presidente da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF).

DESAFIOS DA NEUROÉTICA

Com o avanço das pesquisas sobre o cérebro humano nasceu uma área de estudo que se ocupa das questões éticas e morais acerca das aplicações tecnológicas, investigações e monitoramento do Sistema Nervoso Central

COLABORAÇÃO DA **ANPOF**

POR **FRANCIELE BETE PETRY E
NÁDIA JUNQUEIRA RIBEIRO**



A década de 1990 ficou conhecida como a “década do cérebro”. O órgão menos conhecido, até então, ganhou atenção prioritária das ciências no final do século XX. As descobertas de como o cérebro funciona não se restringiram, contudo, ao campo da neurociência. O que se passa em nosso cérebro quando tomamos uma decisão ética? Perguntas como essa abriram espaço para a Neuroética, o estudo neurocientífico da moralidade. O Brasil é pioneiro nesse tipo de pesquisa e, para discutir esse assunto, convidamos Darlei Dall’Agnol, professor do departamento de Filosofia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Nessa conversa, ele explica as especificidades desse campo de estudos e como ele se distingue da bioética. Dall’Agnol compartilha ainda quais são as questões neurotecnológicas – com implicações éticas – que levantam problemas morais na interface entre a neuroética e a bioética. O desenvolvimento desse estudo apontou para a necessidade de se pensar questões filosóficas sobre o livre-arbítrio e determinismo, bem como indagar se a mente pode ser identificada com o cérebro, ou se ela é ontologicamente distinta, por exemplo. Entusiasta, o professor ressalta a importância da contribuição da Filosofia para a neurociência ao discutir questões metodológicas, esclarecer conceitos, evitando reducionismos. Além disso, ele revê as justificativas de certas proposições científicas. Veja a seguir a entrevista que Dall’Agnol concedeu à revista **Filosofia Ciência&Vida**:

Filosofia Ciência&Vida: Como podemos definir a neuroética?

Darlei Dall’Agnol: Ela é tanto o estudo neurocientífico da moralidade e suas aplicações tecnológicas quanto a discussão das questões éticas envolvidas nessas pesquisas, ou seja, dos problemas morais da pesquisa científica do Sistema Nervoso Central (SNC) que usa sujeitos humanos como participantes. Esse ponto é, entretanto, polêmico e muitas pesquisas continuam sendo feitas.

De que forma ela se relaciona com o debate filosófico nas outras áreas da ética aplicada, por exemplo, com a bioética?

Essa questão tem sido muito debatida, desde 2002, quando uma série de congressos e publicações procuraram mostrar que os estudos neurocientíficos da moralidade eram bastante específicos e justificavam um nome independentemente dos tradicionais estudos bioéticos. À primeira vista, os estudos neurocientíficos que usam participantes humanos poderiam ser normatizados pelos princípios da bioética clássica, a saber, o respeito pela autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça. No Brasil, aliás, esse é o referencial normativo que ainda orienta as pesquisas científicas nos domínios das ciências da saúde com sujeitos humanos (vide Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde). Todavia, alguns neurocientistas sustentaram que, dado o chamado neuroexcepcionalismo, ou seja, a capacidade da neurociência de não apenas prever, mas, efetivamente, controlar a mente humana, um novo nome era necessário, pois os princípios tradicionais não seriam suficientes. Foi assim que surgiu a neuroética procurando tornar-se independente da bioética como subdomínio da ética aplicada, embora muitos ainda sustentem que o referencial bioético clássico seja satisfatório.

Poderia ilustrar esse ponto?

É interessante mencionar os principais problemas que o Consórcio Global 03 – Our Brains,

“À PRIMEIRA VISTA, OS ESTUDOS NEUROCIENTÍFICOS QUE USAM PARTICIPANTES HUMANOS PODERIAM SER NORMATIZADOS PELOS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA CLÁSSICA, A SABER, O RESPEITO PELA AUTONOMIA, A NÃO MALEFICÊNCIA, A BENEFICÊNCIA E A JUSTIÇA”

OurSelves, Our World – (www.o3brain.org) vem pesquisando desde 2016. No grupo que trabalha com a ética da pesquisa neurocientífica discutem-se três questões: (i) o surgimento e o desenvolvimento de novas neurotecnologias, por exemplo, as interfaces mente/máquinas para o uso de membros artificiais, bem como a possibilidade de “ler” a mente humana e os problemas éticos relativos ao direito à privacidade mental; (ii) a utilização de métodos de neuroestimulação eletromagnética para tratar certas desordens mentais como depressão etc., a possibilidade de controle da mente, bem como as implicações éticas para o problema da identidade pessoal; (iii) o uso de aplicativos (apps) para incremento do bem-estar e eventual tratamento de condições mentais e os potenciais abusos dessas tecnologias. Essas são algumas questões neurotecnológicas com implicações éticas importantes e que levantam problemas morais na interface entre a neuroética e a bioética. É essencial, aqui, reconhecer a necessidade de defender os participantes das pesquisas científicas, reconhecendo-os como pessoas ao invés de serem considerados meros clientes ou potenciais consumidores de produtos neurotecnológicos.

Quais seriam os problemas filosóficos hoje suscitados pelas pesquisas da área?

Além das questões éticas supracitadas, cito o chamado “Experimento de Libet”, que recolocou o problema do livre-arbítrio/determinismo em novas bases. O que esse tipo de experimento

faz é o seguinte: um sujeito de pesquisa é conectado com eletrodos na cabeça a um computador e solicita-se que ele faça um pequeno movimento com o braço. Os neurocientistas conseguem notar na tela, aparentemente, uma pequena fração de segundo anterior à decisão consciente de levantar o braço: trata-se de alguma atividade nas partes inconscientes do cérebro. Alguns estudiosos, então, concluíram que não existia livre-arbítrio e que era o cérebro não racional que “decidia” e determinava os movimentos. Tais “ações inconscientes” provariam a verdade da tese do determinismo, isto é, negariam a existência da liberdade humana.

Haveria outro aspecto que merece ser citado nesse contexto?

Dou outro exemplo: muitos neurocientistas sustentam que nós somos essencialmente o nosso cérebro, ou seja, que a nossa identidade pessoal é constituída basicamente pelo nosso SNC. Podemos perder um dedo em um acidente e continuamos humanos, continuamos a pessoa que somos. Todavia, não podemos sofrer um dano sério no nosso cérebro, pois ele afetaria a nossa identidade pessoal. Pense, para ilustrar, em um indivíduo em fase avançada de Alzheimer que não consegue lembrar quem é e não reconhece as outras pessoas no entorno. O neurocientista holandês Dick Swaab escreveu um livro que, por muito tempo, foi um *best-seller* chamado *We are our brains* [Somos nosso Cérebro] onde defende a tese de que somos predeterminados biologicamente pelo que se passa no código genético, em especial no DNA cerebral, e que não existe liberdade de escolha. Por outro lado, alguns filósofos discordam dessa visão sustentando a irredutibilidade da mente humana ao cérebro.

Não seria a mesma teoria do filósofo Markus Gabriel?

Sim! Ele tem um livro importante nessa direção chamado *Ich ist nich Gehirn* [Eu não

é o Cérebro, trad. livre). Um grande problema filosófico é exatamente este: a mente pode ser identificada com o cérebro ou ela é ontologicamente distinta? Longe de querer reabilitar um tipo de dualismo cartesiano (mente e corpo seriam substâncias distintas), alguns filósofos sustentam que a mente é livre, que ela se projeta simbolicamente nas instituições, que a nossa imaginação transforma o mundo, enfim, que possui capacidades que não são explicáveis apenas pelo que se passa em termos de processos físico-químicos no nosso cérebro. Outros sustentam que a mente não é apenas superveniente ao cérebro como também é redutível a ele, ou seja, que não é distinta. Há, enfim, vários problemas filosóficos importantes que estão ocupando tanto cientistas quanto filósofos.

Qual seria a contribuição da filosofia nas discussões sobre neuroética?

A filosofia pode colaborar de diversos modos: discutindo questões metodológicas, esclarecendo conceitos, procurando evitar reducionismos, reavaliando as justificativas de certas proposições científicas etc. Pode, como falamos, defender os princípios morais gerais que embasam a existência humana, tais como o respeito pela pessoa que tende a ser instrumentalizada pela lógica interna da neurotecnologia, especialmente quando esta é mal aplicada, e assim por diante. A filosofia tem também um papel crítico: ela deve alertar

“PODEMOS PERDER UM DEDO EM UM ACIDENTE E CONTINUAMOS HUMANOS, CONTINUAMOS A PESSOA QUE SOMOS. TODAVIA, NÃO PODEMOS SOFRER UM DANO SÉRIO NO NOSSO CÉREBRO, POIS ELE AFETARIA A NOSSA IDENTIDADE PESSOAL”



BREVE HISTÓRIA DA NEUROCIÊNCIA

Darlei Dall'Agnol



Para compreender o que é a neuroética, é necessário reconstruir brevemente o desenvolvimento da neurociência, isto é, o estudo científico do Sistema Nervoso Central (SNC) e suas aplicações tecnológicas para a compreensão da moralidade humana. Os anos 1990 foram reconhecidos como a Década do Cérebro, isso porque esse órgão humano era o menos conhecido naquele final de século. Assim, muito se investiu para descobrir como essa fascinante parte do nosso corpo era composta e, principalmente, como ela funcionava. Já no século XXI, para mencionar dois investimentos feitos no Brasil, foi criado o Campus do Cérebro, em Natal, por iniciativa do neurocientista Miguel Nicolelis, além do Instituto do Cérebro da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). O governo americano criou recentemente o BRAIN Initiative (Brain Research through Advancing Innovative Neurotechnologies), que pretende investir, até 2025, mais de 12 bilhões de dólares no mapeamento de cada neurônio do nosso cérebro. O potencial para o desenvolvimento tecnológico é enorme. No continente europeu, temos o Human Brain Project etc.

Agora, com o uso de neuroimagens, por exemplo, por fMRI (ressonância magnética funcional), é possível observar o que se passa no nosso cérebro enquanto desempenhamos alguma atividade. Desse modo, alguns neurocientistas começaram a estudar o processo de tomada de decisões éticas, ou seja, o que se passa no nosso cérebro enquanto deliberamos moralmente. O Brasil é, felizmente, um pioneiro nesse tipo de estudos e é preciso ressaltar esse fato neste momento difícil de cortes orçamentários. As pesquisas do neurocientista Jorge Moll foram importantes para caracterizar alguns fenômenos morais, por exemplo, a necessária conexão entre razão e emoções no momento do julgamento moral, diferenciando-o da mera enunciação de juízos descritivos. Assim, a neuroética é, basicamente, o estudo neurocientífico da moralidade. Além disso, muitos pesquisadores sustentam que a partir desses estudos é possível extrair conclusões normativas, ou seja, que podemos construir uma moral positiva. Dois grandes neurocientistas que trabalham nessa direção, a saber Martha Farah e Joshua Greene, sustentam que os estudos por neuroimagem podem demonstrar que o utilitarismo (e não, por exemplo, uma ética deontológica baseada no respeito pelos direitos) é a teoria ética desenvolvida no processo evolutivo pelo nosso cérebro para decidir questões morais.

Fonte: Darlei Dall'Agnol.

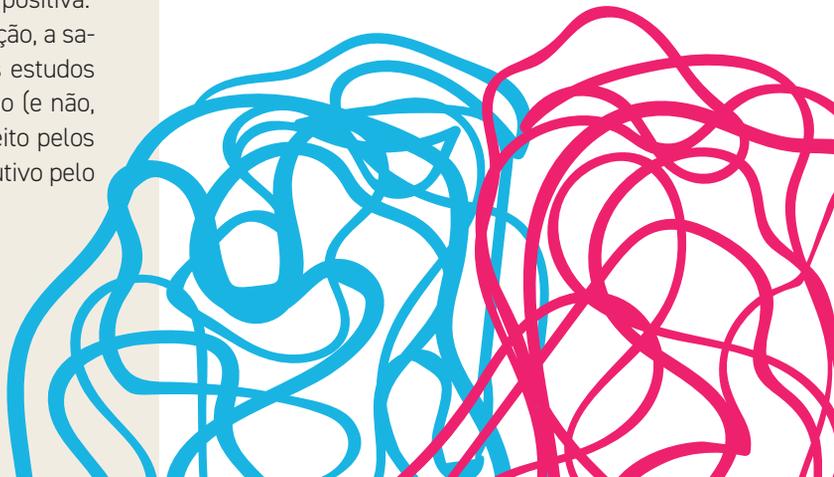
para os usos de medicamentos que começam de forma justificada como tratamentos, por exemplo, de déficit de atenção e hiperatividade, mas logo são abusados, ou seja, utilizados como supostos melhoradores cognitivos. Muitos desses produtos farmacológicos levam à medicalização da vida, à adicção etc. A filosofia pode – e deve – denunciar interesses economicistas que visam ao lucro acima do bem-estar humano.

Poderia nos indicar referências bibliográficas para os que gostariam de se aprofundar nesse tema?

Além dos trabalhos e autores que citei, já existem alguns bons livros em língua portuguesa que abordam questões atualíssimas e que gostaria de recomendar. Destaco dois: *O Cérebro e o Robô – inteligência artificial, biotecnologia e a nova ética*, de João de Fernandes Teixeira (São Paulo: Paulus, 2015), e *Novas Tecnologias e Dilemas Morais*, de Marcelo Araújo (São Paulo: KDP, 2019). 🧠

Franciele Bete Petry é professora do Departamento de Filosofia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e diretora de comunicação da Anpof.

Nádia Junqueira Ribeiro é jornalista da Anpof e doutoranda em Filosofia Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Uma vida invisível

POR **ÉRICO ANDRADE**

A abertura com as letras do título do filme em vermelho. O mar e suas ondas. Rio de Janeiro. E, sobretudo, um diálogo em que uma das personagens se evade sem grandes explicações não deixa dúvida na aposta de uma estética profundamente conhecida no Brasil e que figura nas redes de TV. Com um toque diferente. É verdade. O trabalho de fotografia altera um retrato realista para nuanciar, juntamente com a música, o drama que se desenha já nas primeiras cenas.

Ao invés de recorrer ao preto e branco para retratar o Brasil da década de 1950, o que poderia ser uma escolha óbvia, o diretor Karim Aïnouz acerta quando mantém o filme colorido. A cor nos aproxima da estética do período e mostra que a força do drama que se desenrola na sua película corta sobretudo pela sua atualidade: a violência contra a mulher se apresenta de forma brutal e atual. E essa é a razão pela qual o filme emociona.

Com efeito, é a música que liga não apenas as personagens principais, mas que religa as cenas. É roteiro. E para manter conectadas as duas personagens, afastadas inicialmente por uma decisão (por coação) de uma delas, Aïnouz opta por cartas que não conheceram o seu destino inicial e com as quais o filme se encerrará na voz cansada, pouca, compassada e delicadamente embargante de Eurídice (interpretada pela sempre magistral Fernanda Montenegro).

Em *A vida invisível* tudo que se escreve e tudo que se toca é para dar à violência de gênero a sua força e para dar ao amor a sua medida mais correta: a esperança. Falamos do que Aristóteles reputava como o maior gênero da arte: a tragédia. É quando a arte produz sentimentos não porque copia ou mimetiza os nossos afetos, mas porque ela é capaz de criar a nossa percepção afetiva. Estética.

O filme reproduz um comportamento misógino comum no Brasil de então para criar um sentimento de repulsa, revolta e indignação em face da violência perpetrada contra a mulher. Hoje. O pai da jovem Eurídice (Carol Duarte) não hesita em tentar fomentar a competitividade entre suas filhas. Era como se uma delas fosse o sucesso que autorizava o pai a descartar a outra, que, para ele, era a imagem

não apenas do fracasso, mas da escória moral (obviamente também patriarcal).

Elas, no entanto, resistem. A esperança já se faz presente, mesmo em um quadro desolador. E a esperança ganha nome e corpo. Femininos, claro. É no encontro de Guida (Julia Stockler) com Filomena que as mulheres iniciam uma sororidade que as fazem família. Irmãs, mães, avós, tias, primas e amigas tudo condensado numa única relação. É por Filomena (Bárbara Santos) que Guida se vê obrigada a ter seu corpo invadido para conseguir as ampolas que farão apagar em definitivo a mulher com a qual ela compôs uma teia de resistência. Mulheres que conseguem sair da sombra do patriarcado, diferentemente da mãe de Guida, podem educar homens para que possam ser, como pontua a feminista negra americana bell hooks, preciosos companheiros de luta. Aliás, para um homem, a chave de acesso ao universo feminino muitas vezes é uma imersão radical no masculino ou em certo masculino; naquilo que fazem os homens gozarem na opressão, no domínio.

Além de tornar visível as estruturas do patriarcado, que converte a opressão feminina em patologia, como na cena em que, após ter ciência da manipulação do seu pai, Eurídice é tomada como depressiva sem em nenhum momento ser ouvida (só o médico fala na cena e se dirige apenas a Antenor, seu marido), o filme apresenta a força descomunal das mulheres: a sua persistência. Se vivemos um tempo em que é urgente resistir, é com as mulheres que aprendemos que a resistência é uma rede de afetos. E essa rede, longe de renegar a razão, as sustenta no seu íntimo e nos dá a esperança de que dias melhores virão. 🌿



Título: A vida Invisível
Diretor: Karim Aïnouz
Gênero: Drama
Duração: 149 min



ÉRICO ANDRADE é filósofo, psicanalista em formação, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
 ericoandrade@gmail.com